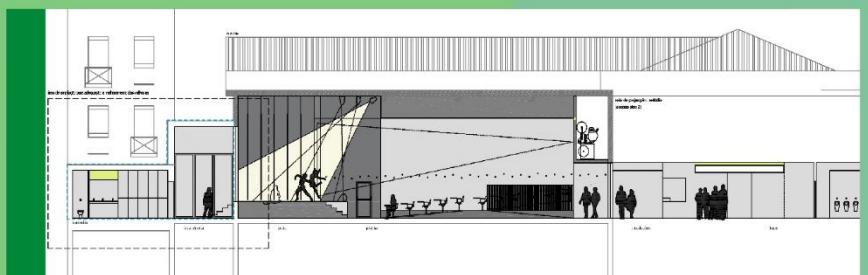


PRESTAÇÃO DE CONTAS

2022

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Índice

Introdução.....	4
CAPÍTULO I – Relatório de atividades.....	6
CAPÍTULO II – Relatório de Gestão.....	16
1. Análise orçamental.....	18
1.1. Receita.....	20
1.2. Despesa.....	22
1.3. Resultado orçamental.....	25
1.4. Principais indicadores orçamentais.....	26
2. Análise económico-financeira.....	27
2.1. Balanço.....	27
2.2. Demonstração de resultados.....	29
2.3. Indicadores económico-financeiros.....	31
2.4. Endividamento municipal.....	32
3. Contabilidade de gestão.....	33
4. Proposta de aplicação de resultados.....	34
5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período.....	34
6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social.....	34
7. Principais pressupostos relativos ao futuro.....	35
8. COVID-19 e Guerra da Ucrânia.....	36
CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos.....	38

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Índice de tabelas

Tabela 1 Receita	18
Tabela 2 Despesa.....	19
Tabela 3 Despesa.....	23
Tabela 4 Despesa efetiva.....	23
Tabela 5 Despesa não efetiva.....	25
Tabela 6 Saldo para a gerência seguinte.....	25
Tabela 7 Resultado orçamental.....	26
Tabela 8 Indicadores Orçamentais.....	26
Tabela 9 Ativo.....	27
Tabela 10 Passivo	28
Tabela 11 Património Líquido	29
Tabela 12 Gastos	29
Tabela 13 Rendimentos.....	30
Tabela 14 Indicadores financeiros	31
Tabela 15 Limite da Dívida total.....	32
Tabela 16 Dívida total.....	32
Tabela 17 Mapa de pessoal.....	39
Tabela 18 Mapa de pessoal - contingente a 31/12	40
Tabela 19 Mapa de pessoal mobilidades	41
Tabela 20 Evolução do número de trabalhadores	41
Tabela 21 Indicadores de despesa com o pessoal	43

Índice de gráficos

Gráfico 1 Evolução da Receita.....	20
Gráfico 2 Impostos diretos.....	21
Gráfico 3 Transferências obtidas.....	21
Gráfico 4 Evolução da despesa.....	22
Gráfico 5 Evolução das despesas correntes.....	24
Gráfico 6 Evolução das despesas de capital.....	24
Gráfico 7 Gastos.....	30
Gráfico 8 Rendimentos.....	31
Gráfico 9 Distribuição de trabalhadores por carreira.....	41
Gráfico 10 Distribuição de trabalhadores por género.....	42
Gráfico 11 Distribuição de trabalhadores por carreira e género.....	42
Gráfico 12 Trabalhadores por escalão etário.....	42
Gráfico 13 Distribuição de trabalhadores por idade e género.....	43

Introdução

O ano de 2022 foi um ano que surgiu, algo conturbado, com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, dando-se início a uma guerra que, não tendo envolvido, diretamente, os restantes países da Europa, acabou por comprometer e penalizar financeira e economicamente o continente Europeu. Mesmo os países, que reagiram a esta guerra, ajudando a Ucrânia, e que dependiam dos produtos, quer de um quer de outro país, sentiram os perniciosos efeitos colaterais.

Assistimos assim a uma inflação desenfreada e ao aumento generalizado dos preços que puseram em causa a sustentabilidade das despesas com o agravamento generalizado dos encargos.

O Município de Terras de Bouro foi capaz de enfrentar essa adversidade e fê-lo com muita determinação, tomando as decisões certas e adequadas, em áreas diversas e distintas, no sentido de mitigar os efeitos mais graves e avassaladores, desta realidade, mantendo o rumo dentro daquelas que foram as metas traçadas.

E assim aconteceu!

Tal efetividade só foi possível pelo estado financeiro da Câmara Municipal, o qual permitiu a sua redefinição e prontidão de resposta.

A gestão rigorosa que tem sido feita possibilitou que se enfrentasse, primeiro a pandemia e agora, estes novos desafios, para se poder manter os apoios aos munícipes e às instituições, sem descuidar os encargos assumidos e a materialização dos projetos programados e em curso.

Terras de Bouro é um concelho com uma identidade plural que exige uma atenção e um empenho permanentes perante todas as situações do quotidiano, não esquecendo uma estratégia de desenvolvimento, assente na sustentabilidade, que foi encetada e que queremos manter.

Ao longo dos últimos anos os munícipes, as empresas e todos os organismos de cariz social e associativo têm testemunhado uma melhoria significativa nos padrões de organização da vida concelhia, na qualidade dos serviços prestados, nas acessibilidades, na requalificação de espaços públicos e no aprofundamento das políticas de inclusão social e de coesão territorial, refletida numa intervenção generalizada e integrada em todo o território.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Esse tem sido o caminho seguido, correspondendo à estratégia que foi traçada por este Executivo e da qual não se tem desviado.

É prova disso a colaboração mantida com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, as IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social), o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde, a GNR, a Irmandade do São Bento da Porta Aberta e os Agentes de Desenvolvimento Local.

É prova disso a transferência de competências que foi realizada a nível da Saúde para a Câmara Municipal numa perfeita cooperação e defesa de interesses, ficando garantido que a construção de uma nova Unidade de Saúde em Rio Caldo, na antiga Escola Primária, se tornará uma realidade.

O trabalho que realizamos, a um ritmo sem precedente, permite-nos afirmar que estamos a criar melhores condições para todos e a fazer com que, quem nos visita e visita o nosso território, se sinta atraído a cá voltar ou a vir viver para cá.

Assente nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Manuel João Sampaio Tibo)

CAPÍTULO I – Relatório de atividades

Na observação das diferentes áreas da Gestão Municipal, poderá constatar-se que o ano de 2022, na senda do que tem vindo a ser feito, manteve o ritmo de investimentos, de trabalhos, intervenções e iniciativas, nas diversas áreas e vertentes, como a seguir se pode verificar.

Assim:

Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território

- Requalificação da Casa Florestal do Parque da Assureira, para a criação de um Centro Literário.
- Requalificação da Estrada Municipal que liga Moimenta a Gondoriz, Cibões e Brufe.
- Conclusão de alargamento e repavimentação da estrada da Ermida – Vilar da Veiga.
- Beneficiação das condições de visitação a Miradouros e Cascatas, com requalificação de acessos.
- Requalificação do Centro Interpretativo do Garrano.
- Início da obra de requalificação da Praia do Alqueirão, em Vilar da Veiga.
- Renovação do Protocolo de Colaboração da equipa dos Sapadores dos Rios criados em Terras de Bouro com apoio da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Esta equipa procede à limpeza e valorização das margens do rio Homem, numa perspetiva de preservação da biodiversidade local e devolução dos espaços ribeirinhos à visitação e fruição dos mesmos.
- Continuação do trabalho do Balcão Único do Prédio (BUPi) em Terras de Bouro em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) no qual pode ser mapeado de forma gratuita os prédios rústicos e mistos, dotando o território do Cávado de um sistema de informação cadastral.
- Conclusão da obra da construção do Centro BTT na antiga escola Primária de Chamoim.
- Conclusão das obras da rede pedonal entre Rio Caldo e Vilar da Veiga (1ª fase) e início das obras da 2ª fase, entre Pereiró e Assureira.
- Conclusão das obras da Rota do Santuário do Bom Jesus das Mós. Esta obra inclui a requalificação da zona envolvente do Santuário do Bom Jesus das Mós, na freguesia de Carvalheira, melhorando as condições de visitação de todo aquele espaço.

- Conclusão da obra do Centro Municipal de Proteção Civil em Terras de Bouro. Esta obra criará as condições adequadas às funcionalidades daquele serviço operacional.
- Obra de requalificação e adaptação da Sala Polivalente Municipal. Esta obra possibilitará a realização de eventos que trarão uma outra dinâmica à Vila de Terras de Bouro, colmatando assim uma lacuna que se verificava na sede do Concelho.
- Obra de requalificação do Espaço de Recreio e Lazer de Vilar, no âmbito do projeto para a criação de Espaços de Apoio à Visitação.
- Obra de requalificação do Espaço de Recreio e Lazer de Gondoriz/ Chamoim.
- Requalificação Urbana junto às Termas de Moimenta. Esta obra tem por objetivo a requalificação do espaço sobrance da via pública e implantação da sinalética adequada.
- Criação de espaço de apoio à visita no Centro Interpretativo de Vilarinho da Furna.
- 2ª fase da obra do Centro de Recolha Oficial Municipal (Canil Municipal) que responderá a uma necessidade, há muito reclamada, de recolha de canídeos abandonados no perímetro concelhio, ou sem condições para permanecerem nos domicílios.
- Dado início ao processo para requalificação da Estrada Municipal que liga as freguesias de Moimenta, Balança, Ribeira e Souto (1ª fase).
- Em curso a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e o Programa Especial da Albufeira da Caniçada (PEAC) que substituirá o atual POAC (Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada)
- Balcão Único do Prédio (BUPI). Trata-se de uma resposta de grande importância que tem como objetivo principal possibilitar aos proprietários identificarem e proceder ao registo das suas parcelas de terrenos rústicos e mistos, de uma forma apoiada e gratuita.
- Foi assinado um protocolo para ser adquirida, com o apoio da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) uma embarcação que ficará disponível para a GNR (Guarda Nacional Republicana), o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza), os Bombeiros, a Câmara Municipal de Vieira do Minho, tendo por finalidade a vigilância na Albufeira da Caniçada.

Educação e Juventude

- O início do ano letivo foi preparado pela Direção do AE de TB, em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e pela DGS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

- No que concerne à elaboração do Plano de Transportes Municipal, a Câmara Municipal elaborou o mesmo, acautelando todas as situações.
- O Município ofereceu os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1.º Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social.
- Concedemos um valor monetário de 100,00 euros aos alunos de mérito, no âmbito do Mecenato Educacional. O mérito foi definido pelo AE de TB.
- Concedemos Bolsas monetárias aos alunos que frequentam o ensino superior e que cumpram o Regulamento.
- As crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico foram apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento diário do almoço. No âmbito das refeições escolares do 1.º ciclo o apoio foi atribuído do seguinte modo: os alunos do 1.º escalão de abono têm refeição gratuita; os alunos do 2.º escalão de abono pagam 50% do valor estipulado pelo Ministério da Educação (0,73€); os alunos do 3.º escalão e seguintes pagam o valor estipulado pelo Ministério da Educação (1,46€). No entanto, os alunos com o 3.º escalão ou seguintes que tiverem um irmão no mesmo grau ensino pagam 1 € e se tiverem dois ou mais irmãos pagam 0,75 €.
- Continuaram a ser fornecidos gratuitamente às escolas do EPE e 1.º ciclo materiais de expediente, incluindo fotocópias, vários materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças.
- Município ofereceu às bibliotecas escolares livros, assim como demais material complementar.
- O Município continuou a ser parceiro no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, desde logo:
 - Magusto, inserido na Feira de São Martinho, com insufláveis para as crianças;
 - Presentes de Natal a todas as crianças do ensino pré-escolar (público e privado) e 1.º Ciclo;
 - Dia Mundial da Criança, com insufláveis.
- Município promoveu a hora do conto com a contadora de histórias Estefânia Surreira aos alunos do Pré-escolar.

- O Município Promoveu o ATL de Verão para crianças até aos 12 anos, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturas (ex: idas à piscina semanais, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A comparticipação dos pais resume-se apenas ao valor da refeição servida (almoço).
- O Município tem a Escola de Música de Terras de Bouro em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês, onde se tem investido em muito material;
- Município tem ao dispor do AETB uma terapeuta da fala e psicóloga com objetivo de proporcionar aos alunos a realização de um trabalho escolar em condições de estabilidade emocional e afetiva.

Ação Social

- No programa de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade “Habitação Condigna”, que consiste na recuperação de habitação própria e permanente, foram contemplados três (3) agregados familiares, correspondendo a um investimento de cerca de 1.600,00 euros.
- Através do Programa Habitação Condigna-Modalidade de Apoio à Renda, foram apoiados seis (6) agregados familiares, representando uma despesa de cerca de 9.500,00 euros.
- Prestado apoio a três (3) famílias em situação de emergência social, para fazer face a despesas de medicação (44,14 €) e satisfação de necessidades básicas ao nível da alimentação (245,82 €).
- Com objetivo superar as carências habitacionais mais prementes da população e reforçar o parque habitacional municipal, foi concluída e aprovada a Estratégia Local para Habitação, no âmbito do 1.º Direito.
- No âmbito da Habitação Social, foram acompanhados vinte e oito (28) agregados familiares.
- No programa de Incentivo à Natalidade foram beneficiadas 23 crianças, a que corresponde um investimento de, aproximadamente, 10.000,00 euros contando com um apoio de Mecenato no montante de 5.750,00 euros.
- No âmbito programa Porta 65-Jovem foi prestado apoio técnico aos jovens do concelho na apresentação de candidaturas, nomeadamente a cinco (5) agregados familiares.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

- Através da Loja Social foram apoiadas cerca de 15 pessoas com bens como alimentos, têxteis e vestuário, material didático e brinquedos, eletrodomésticos, mobiliário.
- Através do Banco Local de Ajudas Técnicas, foram disponibilizados equipamentos a 32 pessoas em situação de incapacidade e/ou dependência, temporária ou definitiva.
- Procedeu-se ao acompanhamento, avaliação e monitorização das ações inscritas nos Contratos de Inserção do Rendimento Social de Inserção (RSI) na área da habitação e participação nas reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI).
- Participação em várias reuniões de trabalho no âmbito da CIM Cávado, com o objetivo de preparar a transferência de competências para o Município na área da Ação Social.
- No âmbito da publicação dos Avisos NORTE-42-2018-15 e NORTE-42-2019-48|Investimento em Equipamentos Sociais, do PO Norte 2020, foi prestado apoio técnico a seis (6) IPSS's na execução das Operações, nomeadamente ao nível da contratação pública, publicitação, organização/submissão de Pedidos de Pagamento, Pedidos de Reprogramação e de Relatórios de Execução. Salienta-se que, no universo das 10 (dez) Operações aprovadas, os Centros Sociais de Terras de Bouro apresentaram despesa elegível no valor de 1.173.530,36 €, contando com uma comparticipação do FEDER de 997.283,98 €.
- Apoio técnico a uma (1) IPSS na submissão de candidatura ao Aviso Nº 02/C03-i01/2021- Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).
- Apoio técnico a uma (1) IPSS na instrução de candidatura ao Aviso Nº 04/C03-i01/2022- Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).
- Apresentação de uma (1) candidatura ao Aviso Nº 3/C03-i02/2022-Acessibilidades 360º, no âmbito do Programa de Intervenção em Habitações (PIH) do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), destinado a pessoas com incapacidade.
- Foram desenvolvidas várias atividades no âmbito dos Projetos “CHEGA +” e “ENVOLVER”, ambos com o objetivo de intervenção na prevenção e acompanhamento de casos relacionados com a problemática da violência doméstica e de género, designadamente a criação do gabinete de apoio à vítima.

- Desenvolvimento e execução, como parceiros, dos projetos Cávado Mais Igual, na área da Conciliação e Igualdade de Género, e o Pró-Igualdade no Cávado, no âmbito da elaboração, implementação e avaliação dos Planos Municipais de Igualdade, ambos promovidos pela CIM do Cávado.
- Desenvolvimento de uma estreita parceria com a ATAHCA, Entidade Coordenadora Local do projeto CLDS 4GEIRA – Gerações, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro, na execução do plano de ação e de iniciativas de emergência social.
- Apoio na revisão de dois (2) processo no âmbito do Programa Solarh.
- Desenvolvimento de reuniões e ações de capacitação dos técnicos das instituições da rede social local, para a implementação de respostas de apoio especializado junto dos cuidadores informais, através do projeto Cuidar de Quem Cuida.
- A Câmara Municipal continuou a prestar um importante apoio às IPSS's do concelho, nomeadamente ao nível do transporte e distribuição dos produtos alimentares disponibilizados pelo Banco Alimentar de Braga.

Turismo, Desporto e Lazer

- Realizou-se a 9ª Edição do Festival de Caminhadas no Gerês.
- Projeto Gerês seguro 2022. Projeto desenvolvido em parceria com a Associação Gerês Viver Turismo. Este projeto visa a implementação de medidas de sensibilização junto dos operadores turísticos concelhios e dos próprios turistas, tendo como objetivo a prevenção e cuidados a ter com a doença COVID19.

Neste âmbito foi realizada também, por uma equipa do IPDJ, uma Ação de Voluntariado jovem para a natureza e florestas, na zona da Mata de Albergaria. Tratou-se de uma ação de sensibilização que levou os intervenientes e o público em geral a assimilar a importância de se cuidar e respeitar devidamente esta área protegida. Esta ação foi coordenada pelo Município e contou com a orientação dos serviços do ICNF.

- Município de Terras de Bouro procedeu à manutenção e limpeza da Geira Roma.
- Porto Canal efetuou filmagens, no Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, para o programa “Viver Aqui”, dando a conhecer os usos e costumes da antiga aldeia de Vilarinho, afundada pela Barragem que foi construída naquele local.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

- Feita uma exposição, de lenços dos namorados, na Câmara Municipal, pelo grupo Artes & Ideias de Rio Caldo, integrada no mês de fevereiro, mês dedicado ao amor ou aos namorados.
- Abertura da época Termal no Gerês com uma feira de artesanato, animação de rua, tendo contado com a presença do grupo musical, Polo Norte, no dia 30 de abril e a realização do programa televisivo “somos Portugal” da TVI, na tarde do domingo do 1 de maio.
- Terras de Bouro presente na Braga Romana.
No âmbito da parceria estabelecida com o Município de Braga e tendo em conta o património arqueológico (Geira Romana) que une os dois territórios, a Câmara de Terras de Bouro esteve presente no evento, Braga Romana, participando no Cortejo Triunfal com uma delegação representativa do Concelho. Também esteve, na área de recreação histórica, com um espaço promocional do nosso património.
- Organizado pela Associação Lírio do Gerês e com a colaboração da Câmara, as vezeiras de Rio Caldo e Vilar da Veiga cumpriram o secular costume de se dirigir para a serra, atravessando a vila do Gerês, no dia 15 de maio.

Neste fim de semana, também houve provas gastronómicas, animação musical e chegadas de bois, contribuindo, desta forma, para mais uma importante promoção de desenvolvimento da economia local.
- Trans Peneda -Gerês. Entre os dias 26 e 29 de maio teve lugar o evento TPG 165 quilómetros “Corrida dos 4 castelos” organizada pela Carlos Sá Nature Events. Participaram nesta corrida cerca de 600 atletas de 20 nacionalidades diferentes.
- XIII Ultra Geira Via Nova Romana’22
A décima terceira edição da prova Ultra Geira Via Nova Romana decorreu a 24 de abril e foi organizada pela Confraria *Trotamontes* e pelo Clube Orientação do Minho. Esta edição foi constituída por 2 provas, sendo uma de 50 quilómetros e outra de 18 quilómetros.
- Gerês *Granfondo By Trek 22*
Cerca de 1300 ciclistas participaram na edição de 2022 da prova velocipédica Gerês *Granfondo by Trek*, aquele que já é apelidado de “o mais mítico dos *granfondos* portugueses”. Teve a partida na vila do Gerês e percorreu o concelho de Terras de Bouro, Vieira do Minho e Montalegre.

- Transcávado BTT – GPS em Terras de Bouro.

A prova Transcávado BTT-GPS foi apresentada a 30 de junho em Terras de Bouro, um dos nove concelhos abrangidos por esta prova, sendo também, em regime de parceria, uma das autarquias envolvidas na organização da competição. Esta é uma das provas mais aliciantes de BTT, cujo traçado, de enorme valor histórico e cultural, une a nascente e a foz do rio Cávado. Dia 1 e 2 de outubro foi uma etapa que ligou Montalegre a Terras de Bouro e Terras de Bouro a Esposende e no dia 2 de outubro, a segunda etapa, mais competitiva, com cerca de 150 quilómetros, que ligou Montalegre a Esposende.

- Terras de Bouro conquistou a 2ª posição na 2ª Prova da Taça de Portugal de Enduro.

No Cadafaz, em Celorico de Basto, os atletas da equipa de BTT Enduro Terras de Bouro subiram a lugares de destaque do pódio, tendo, apesar das condições adversas, conquistado o 2ª posição por equipas.

- Vila do Gerês distinguida com prémio “Cinco Estrelas Regiões”

No dia 2 de junho de 2022 em Reguengos de Monsaraz a Vila do Gerês foi distinguida com o “Prémio Cinco Estrelas Regiões”, na categoria de Aldeias e Vilas. Esta avaliação mede o grau de satisfação que, produtos, serviços e marcas de origem portuguesa, conferem aos seus utilizadores.

- “*Minh20 Wellness Experience*” foi o tema de um webinar promovido pela Câmara Municipal, tendo sido uma iniciativa inserida no projeto Terras de Bouro – *Minho Tourism Design Experience* e que constitui o lançamento de um novo conceito de experiências turísticas focadas no turismo de *Wellness*, criadas e desenvolvidas com o objetivo de capacitar a região de uma maior oferta turística, permitindo reforçar o vasto leque de opções já existentes.

- II Edição do IRIS - Festival de imagem de natureza do Gerês, levada a cabo pelo Município nos dias 24 e 25 de setembro, contou com a participação de um número significativo de entusiasta da natureza.

- Renovação e melhoria da sinalética dos caminhos de S. Bento nas zonas de Rio Caldo, Chamoim, Ribeira e Valdosende.

- Programa da RTP “Férias Cá Dentro, transmitido diretamente da Praia do Alqueirão. A realização deste programa foi mais uma iniciativa levada a cabo pelo Município, tendo como objetivo a promoção turística do território a nível nacional e internacional.

- Festas Concelhias em Honra de S. Brás, tiveram grande participação e atingiram um nível extraordinário, seja na expressão religiosa, seja na lúdica ou musical.
- Primeira Edição do evento Geira Romana. Uma atividade nova que pretende realçar e reviver as ligações ao mundo romano através dos marcos históricos existentes, identificando e dando importância ao nosso território com esta manifestação, entroncada nessa cultura ancestral.
- Cultura para Todos na Vila do Gerês. Tratou-se de uma manifestação musical, através da dança que decorreu na Praceta Honório de Lima, onde participaram artistas nacionais e internacionais.
- No programa “Olhá a Festa” da SIC foram divulgadas as “Toalhas de Água às Mãos” numa promoção e divulgação de mais um referencial do nosso legado cultural.
- Feira da Chanfana na Aldeia Comunitária da Ermida. Organizada pela ATACE (Associação de Turismo da Aldeia Comunitária da Ermida) e com o apoio da Câmara Municipal, esta feira gastronómica tem gerado uma dinâmica muito interessante, através da promoção da cabra da serra do Gerês, como fator de desenvolvimento local, quer pela sua comercialização, quer como um elemento referenciador na gastronomia da região.

Desenvolvimento Económico/Gabinete de Apoio à Agricultura

- Apoio e elaboração de candidaturas para licenciamento das explorações agrícolas.
- Formação profissional (realização de quatro ações de formação “Conduzir e operar com tratores em segurança”).
- Articulação com a Direção Regional da Agricultura do Norte no combate à vespa do castanheiro (financiamento a 100% pela Câmara Municipal).
- Elaboração de candidaturas (pedido único) aos agricultores do Concelho.
- Parcelário Agrícola (identificação e elaboração).
- Formação (aplicação de produtos fitofarmacêuticos – duas ações).
- Concedido apoio financeiro aos titulares de explorações agropecuárias, com uma comparticipação de 50% da Sanidade Animal.

Com determinação e responsabilidade continuaremos a traçar o rumo correto para o Município de Terras de Bouro.

PRESTAÇÃO DE **CONTAS** 2022

O caminho para a consecução desse objetivo deve ser o de manter o bom nível dos principais indicadores orçamentais, bem como, pautar a nossa gestão pelo cumprimento das normas da Lei do Orçamento de Estado para as autarquias locais, tendo em vista, prosseguir e alcançar a consolidação e equilíbrio financeiro do Município.

É o que, com todo o rigor, foi praticado, como a seguir se demonstra.

CAPÍTULO II – Relatório de Gestão

O presente relatório é apresentado nos termos do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que, para além do cumprimento legal, pretende permitir a harmonização, a transparência e a credibilidade das contas públicas, bem como a respetiva comparabilidade, tanto a nível interno, como a nível internacional.

Este normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A Prestação de Contas do Município do ano 2022 foi elaborada de acordo com o normativo contabilístico em vigor, o SNC-AP, que entrou em vigor para as Autarquias Locais no dia 1 de janeiro de 2020.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos nas disposições legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das autarquias locais a normas e princípios constantes no respetivo enquadramento jurídico em vigor.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- i. Explicitar os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes do desempenho da atividade financeira municipal;
- ii. Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição económica, financeira e dos fluxos de caixa;
- iii. Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu das contas nacionais e regionais;
- iv. Obter maior controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros, que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

Notas:

Os valores unitários constantes nos mapas e quadros encontram-se expressos em unidades de euros.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

1. Análise orçamental

No ano de 2022 a receita cobrada bruta atingiu os € 14.635.317, verificando-se um aumento de 1,17 milhões de euros relativamente à receita bruta cobrada no exercício de 2021.

De seguida, na tabela seguinte podemos analisar, em detalhe, a receita orçamentada, a corrigida e a cobrada bruta no ano de 2022.

Tabela 1 Receita

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	%
Receita Efetiva				
Impostos diretos	1 105 956,00	1 105 956,00	1 065 581,60	96,35%
Taxas, multas e o. penalidades	137 520,00	137 520,00	209 635,50	152,44%
Rendimento de propriedade	489 620,00	489 620,00	486 395,88	99,34%
Transferências correntes	7 593 274,00	7 943 274,00	7 827 036,39	98,54%
Vendas e prestação de serviços	507 350,00	507 350,00	722 658,07	142,44%
Outras receitas	5 451,00	5 451,00	2 408,15	44,18%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9 839 171,00	10 189 171,00	10 313 715,59	101,22%
Venda de bens	30,00	150 530,00	150 506,00	99,98%
Transferências capital	3 858 339,00	5 956 550,00	2 318 200,31	38,92%
O. receitas de capital	5,00	5,00	0,00	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3 858 374,00	6 107 085,00	2 468 706,31	40,42%
Total Receita Efetiva	13 697 545,00	16 296 256,00	12 782 421,90	78,44%
Receita Não Efetiva				
Ativos Financeiros	5,00	5,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	3 216 169,00	3 007 198,00	1 128 238,01	37,52%
Total Receita Não Efetiva	3 216 174,00	3 007 203,00	1 128 238,01	37,52%
OUTRAS RECEITAS				
Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	5,00	1 103,08	22061,60%
Saldo da gerência anterior	0,00	723 554,00	723 554,00	100,00%
Total Outras Receitas	5,00	723 559,00	724 657,08	100,15%
TOTAL GERAL	16 913 724,00	20 027 018,00	14 635 316,99	73,08%

A receita corrente cobrada bruta, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 101,2%. A rubrica em destaque é a de Vendas e Prestação de Serviços que superou a estimativa em 42,4%.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 40,4% face à receita de capital corrigida. Em relação às previsões corrigidas para o ano de 2022, a cobrança da receita efetiva fixou-se nos 78,4%.

A receita não efetiva apresenta uma taxa de execução de 37,5%.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Espelha-se na tabela seguinte a decomposição da despesa orçamentada, corrigida e paga, em 2022, por grandes grupos de classificação económica:

Tabela 2 Despesa

	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Despesas pagas	%
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	5 381 550,00	5 248 610,00	5 215 949,43	99,38%
Aquisição de bens e serviços	2 453 187,00	3 285 974,00	2 631 902,37	80,10%
Juros e outros encargos	13 500,00	9 400,00	9 384,70	99,84%
Transferências correntes	426 616,00	684 130,00	655 454,34	95,81%
Subsídios	65 500,00	47 660,00	47 654,78	99,99%
Outras despesas correntes	111 500,00	164 700,00	148 250,35	90,01%
Total Despesa Correntes	8 451 853,00	9 440 474,00	8 708 595,97	92,25%
Aquisição de Bens de investimento	7 842 371,00	9 567 574,00	3 574 147,31	37,36%
Transferências de capital	209 000,00	737 260,00	717 412,43	97,31%
Outras Despesas de capital	1 000,00			0,00%
Total Despesa de Capital	8 052 371,00	10 304 834,00	4 291 559,74	41,65%
Total Despesa Efetiva	16 504 224,00	19 745 308,00	13 000 155,71	65,84%
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	409 500,00	281 710,00	281 683,93	99,99%
Total despesa não efetiva	409 500,00	281 710,00	281 683,93	99,99%
TOTAL GERAL	16 913 724,00	20 027 018,00	13 281 839,64	66,32%

A despesa corrente paga apresenta uma execução de 92,3%. Para este resultado contribuíram praticamente todas as rubricas deste grupo, sendo de realçar a rubrica de aquisição de bens e serviços cujo taxa de execução se fixou em 80,1%.

A despesa de capital paga regista uma execução de 41,7%. A rubrica em evidência é a de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os € 3.574.147, com uma taxa de execução de 37,4%.

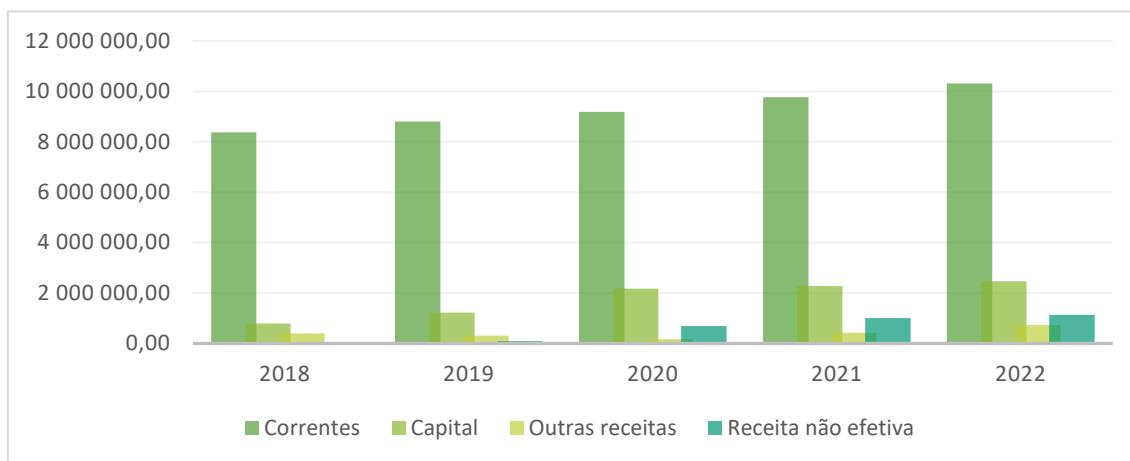
A despesa total paga (€ 13.281.840) face ao total da dotação corrigida (€ 20.027.018) apresenta uma execução de 66,3%.

As taxas de execução da despesa estão relacionadas com o elevado volume de projetos/candidaturas aprovadas, que se encontram em curso, e/ou em fase de lançamento dos respetivos procedimentos pré-contratuais de adjudicação.

1.1. Receita

No gráfico que se segue ilustra-se a evolução da receita cobrada nos últimos 5 anos.

Gráfico 1 Evolução da Receita



Da leitura deste gráfico verifica-se um crescimento sustentado e constante das receitas correntes, destacando-se que, comparativamente com o ano de 2018 o volume das receitas correntes aumentou cerca de 2 milhões de euros. No que diz respeito às receitas de capital verifica-se um aumento, relativamente ao ano anterior de 8,7%. A comparação deste indicador com o ano de 2018 apresenta um aumento de 212%, resultado que está associado à execução e consequente reembolso de projetos com financiamento comunitário.

Comparando com o ano de 2021, as receitas cobradas apresentam um crescimento global de 8,7%. As receitas correntes apresentam um aumento de 5,6%, ao passo que as receitas de capital apresentam um aumento de 8,7%.

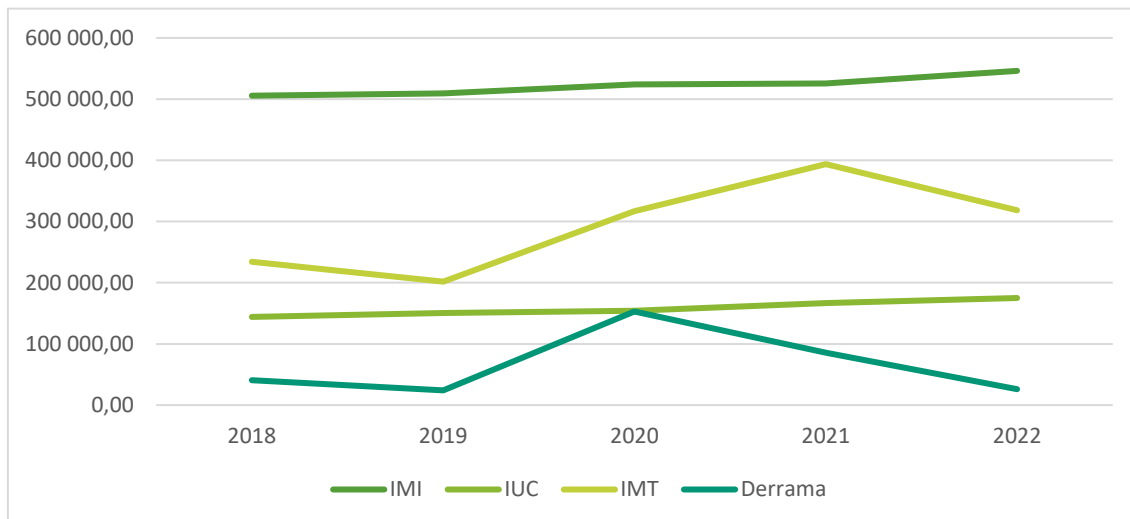
1.1.1. Receita própria

Após dois anos em que as receitas próprias, fruto da pandemia provocada pelo vírus SarS-CoV-2 e das medidas adotadas pelo município para mitigação dos seus efeitos, apresentaram resultados de tímido crescimento, e não obstante os efeitos económicos provocados pela Guerra na Ucrânia, verificou-se, no ano de 2022, um aumento de 10,2% nas receitas próprias do município.

A rubrica de Vendas de bens e Prestação de Serviços, com um aumento de 49,2% é a rubrica que mais contribuiu para o aumento das receitas próprias. Por outro lado, as rubricas de Impostos Diretos, onde se encontram o IMI, o IMT, o IUC e a Derrama, apresenta um decréscimo de 9,1%.

Este facto resulta dos decréscimos verificados no IIMT e na Derrama, que decresceram 19,2% e 69,7%, respetivamente.

Gráfico 2 Impostos diretos

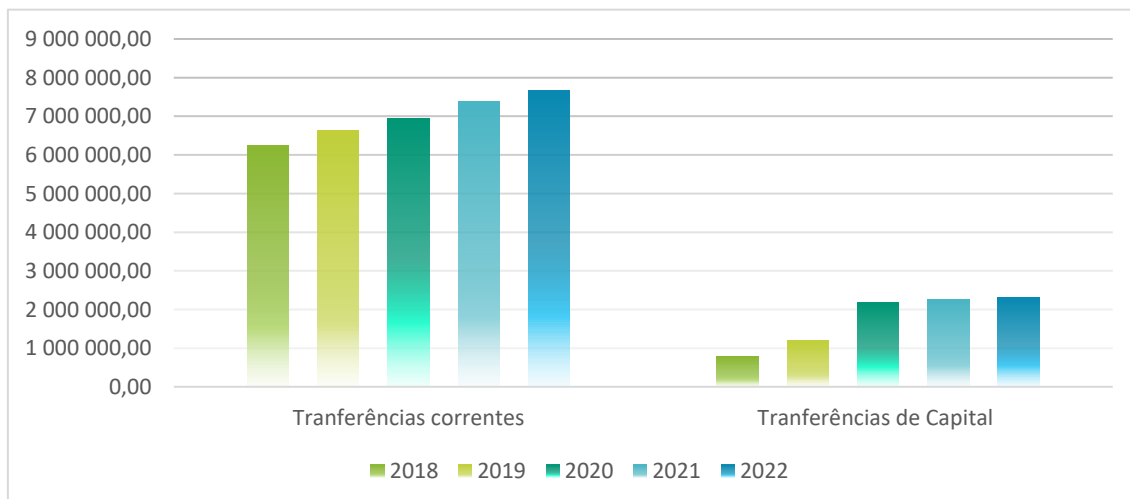


1.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas, em 2022, atingiram os € 9.985.853 (líquidas de reembolsos e restituições), o que representa um aumento, comparativamente com o ano anterior de 3,7%. Este aumento é justificado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências provenientes dos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental, nomeadamente no âmbito do protocolo para a Proteção ambiental associada à rejeição de águas residuais em área protegida – Parque Nacional da Peneda-Gerês.

As transferências correntes registaram em 2022, um acréscimo da receita cobrada de € 289.984, e as transferências de capital registaram um aumento de € 48.270.

Gráfico 3 Transferências obtidas



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

1.1.3. Financiamento bancário

No decurso do de 2022, o Município utilizou € 1.128.238, dos empréstimos contratualizados, quer junto da banca comercial, quer junto do Estado Português, através do Empréstimo-Quadro BEI – Autarquias, para financiamento de projetos em curso no território concelhio.

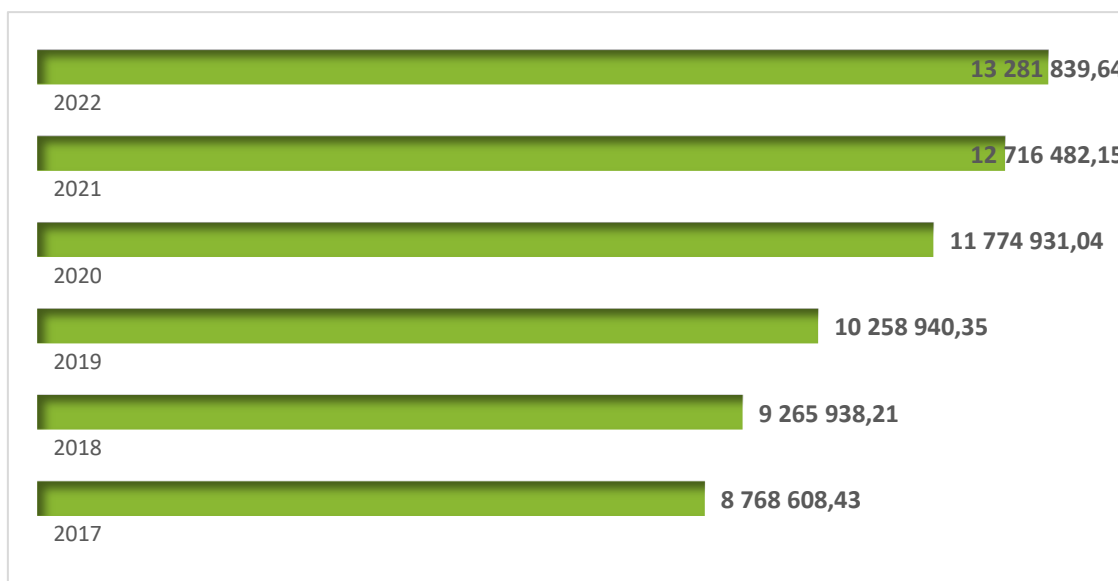
Por outro lado, amortizou, da carteira de empréstimos existentes € 276.180.

Em resultado destes dois factos o valor em dívida de empréstimos aumentou cerca de 27,3%, face ao ano de 2021.

1.2. Despesa

A despesa paga atingiu, em 2022, **€ 13.281.840**, correspondendo a uma execução de 66,3% dos recursos orçamentados.

Gráfico 4 Evolução da despesa



Da análise do gráfico supra é possível concluir que a despesa paga tem evoluído de forma sustentada, desde o ano de 2018, atingindo em 2022, o valor mais alto dos últimos 5 anos, no qual atingiu o montante pago de € 13.281.840, o que representa um aumento de 4,5%, face a 2021.

De seguida apresenta-se uma tabela resumo com as dotações corrigidas, os compromissos assumidos, as obrigações e a despesa paga, em função dos grandes capítulos da despesa pública.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Tabela 3 Despesa

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	5 248 610,00	5 235 069,02	5 216 997,43	5 215 949,43
Aquisição de bens e serviços	3 285 974,00	3 227 979,26	3 016 783,99	2 631 902,37
Juros e outros encargos	9 400,00	9 384,70	9 384,70	9 384,70
Transferências correntes	684 130,00	676 709,93	666 630,75	655 454,34
Subsídios	47 660,00	47 654,78	47 654,78	47 654,78
Outras despesas correntes	164 700,00	157 997,33	157 104,34	148 250,35
Total Desp. Correntes	9 440 474,00	9 354 795,02	9 114 555,99	8 708 595,97
Aq. Bens de investimento	9 567 574,00	6 379 289,63	3 872 076,17	3 574 147,31
Transferências de capital	737 260,00	736 912,43	736 912,43	717 412,43
O. Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	10 304 834,00	7 116 202,06	4 608 988,60	4 291 559,74
Total Despesa Efetiva	19 745 308,00	16 470 997,08	13 723 544,59	13 000 155,71
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	281 710,00	281 688,93	281 683,93	281 683,93
Total despesa não efetiva	281 710,00	281 688,93	281 683,93	281 683,93
Total Geral	20 027 018,00	16 752 686,01	14 005 228,52	13 281 839,64

Também se conclui que o resultado da diferença entre as obrigações e a despesa paga resulta um saldo de € 723.389.

1.2.1. Despesa efetiva – despesa corrente e despesa de capital

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 92,3%, correspondentes a € 8.708.596 de despesa paga, enquanto a despesa de capital apresenta uma taxa de 41,7%, a que correspondente o pagamento de € 4.291.560.

Tabela 4 Despesa efetiva

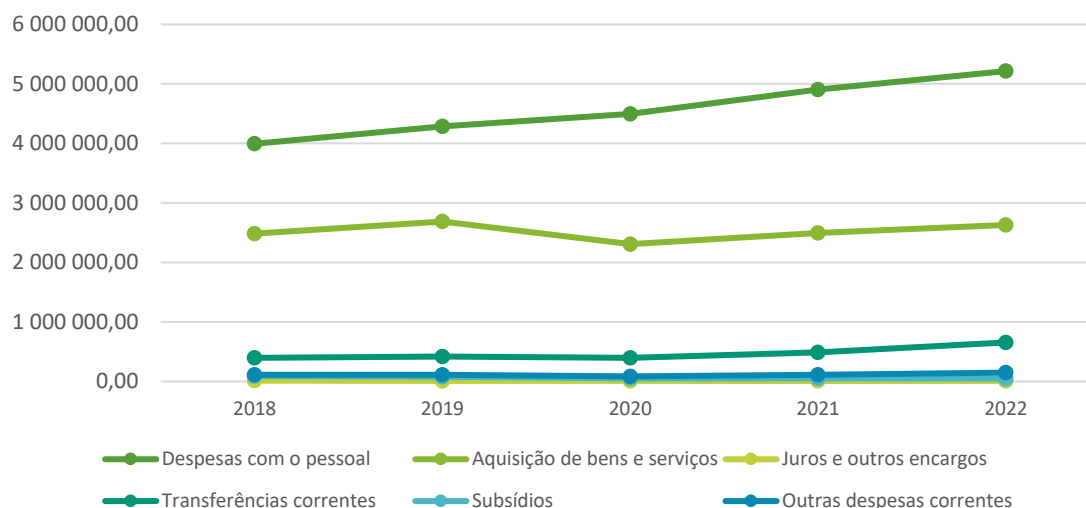
Despesa Efetiva	2021	2022	variação	%
Despesas com o pessoal	4 904 280,04	5 215 949,43	311 669,39	6,36%
Aquisição de bens e serviços	2 494 163,68	2 631 902,37	137 738,69	5,52%
Juros e outros encargos	7 320,28	9 384,70	2 064,42	28,20%
Transferências correntes	488 534,99	655 454,34	166 919,35	34,17%
Subsídios	50 159,73	47 654,78	-2 504,95	-4,99%
Outras despesas correntes	113 390,01	148 250,35	34 860,34	30,74%
Total Despesas Correntes	8 057 848,73	8 708 595,97	650 747,24	8,08%
Aq. Bens de investimento	3 246 180,54	3 574 147,31	327 966,77	10,10%
Transferências de capital	1 016 981,95	717 412,43	-299 569,52	-29,46%
Total Despesa de Capital	4 263 162,49	4 291 559,74	28 397,25	0,67%
Total Despesa Efetiva	12 321 011,22	13 000 155,71	679 144,49	5,51%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Comparando com o ano de 2021 verifica-se que a despesa corrente cresceu 8,1%, enquanto a despesa de capital aumentou 0,7%. A despesa efetiva registou um aumento de 5,5%.

A generalidade das rubricas de despesa corrente registaram acréscimos, com especial destaque para a rubrica de Despesas com o pessoal (€ 311.669).

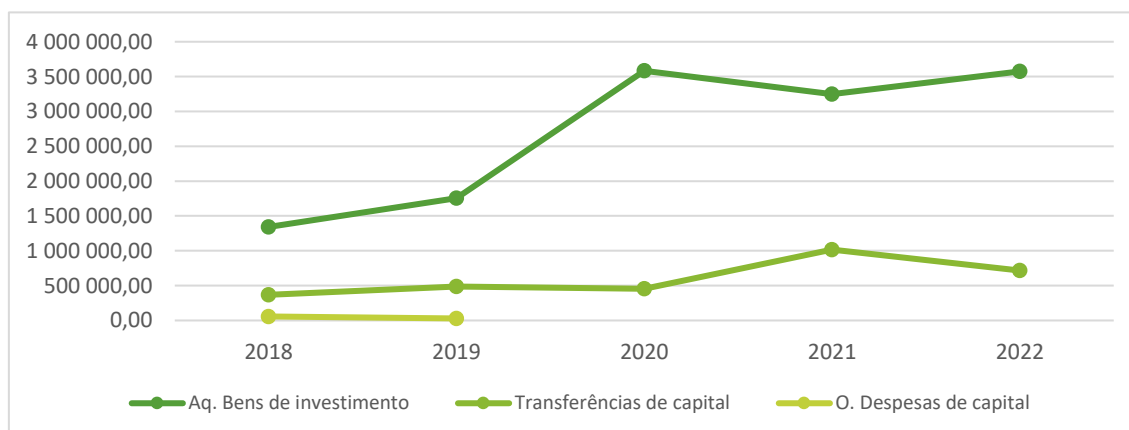
Gráfico 5 Evolução das despesas correntes



O gráfico anterior representa a evolução das despesas correntes. O aumento verificado nos últimos anos, nas despesas com o pessoal, estão associados aos processos de descongelamento das carreiras da função pública, da regularização dos vínculos precários na administração pública e da integração de pessoal no âmbito da transferência de competências para os municípios.

Ao nível das despesas de capital destaca-se a rubrica de Aquisição de bens de investimento que registou um aumento de 10,1%, correspondente a mais € 327.967 de despesa paga. Por outro lado, a rubrica de Transferências de capital registou um decréscimo de 29,5%, comparativamente com o ano de 2021.

Gráfico 6 Evolução das despesas de capital



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

1.2.2. Despesa não efetiva

Ao nível da despesa não efetiva verificou-se uma taxa de execução de 100,0%, correspondentes a € 281.684, totalmente relacionados com a rubrica de Passivos Financeiros, que corresponde à amortização de capital de empréstimos contraídos e que será objeto de análise em capítulo próprio.

Tabela 5 Despesa não efetiva

Despesa Não Efetiva	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas	%
Passivos financeiros	281 710,00	281 688,93	281 683,93	281 683,93	99,99%
Total despesa não efetiva	281 710,00	281 688,93	281 683,93	281 683,93	99,99%

1.3. Resultado orçamental

Na tabela seguinte patenteia-se a receita total cobrada e a despesa total paga, nos últimos 5 anos, apurando-se do resultado da diferença destas duas dimensões o saldo orçamental a incorporar no orçamento seguinte. A incorporação do saldo da gerência de 2022, usando da prerrogativa prevista no artigo 81.º, da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, já ocorreu, tendo para o efeito, a Assembleia Municipal aprovado o mapa de Demonstração de desempenho orçamental. Como resultado da execução orçamental de 2022, foram incorporados no orçamento municipal de 2023, € 1.165.938.

Tabela 6 Saldo para a gerência seguinte

	2018	2019	2020	2021	2022
Receita total cobrada	9 561 604,17	10 418 593,63	12 193 968,20	13.440.036,67	14.447.777,65
Despesa total paga	9 266 120,60	10 258 940,35	11 774 931,04	12.716.482,15	13.281.839,64
Saldo para a gerência seguinte	295 483,57	159 653,28	419 037,16	723.554,52	1.165.938,01

Na tabela seguinte expõe-se os resultados da execução orçamental de 2022.

Apurou-se, no final do ano, uma poupança corrente de € 1.417.580 e um saldo de capital negativo de € 1.822.853.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Tabela 7 Resultado orçamental

Resultado orçamental	2022
Receita corrente cobrada	10 126 176,25
Despesa corrente paga	8 708 595,97
Poupança corrente	1 417 580,28
Receita de capital cobrada	2 468 706,31
Despesa de capital paga	4 291 559,74
Saldo de Capital	-1 822 853,43
Receita total cobrada	14 447 777,65
Despesa total paga	13 281 839,64
Saldo da Gerência anterior	723 554,52
Saldo Orçamental	1 165 938,01

1.4. Principais indicadores orçamentais

Tabela 8 Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Resultado
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	0,72
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,66
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	1.417.580,28
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-1.882.853,43
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	328.768.63
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	319.383,93
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	0,97
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	0,95

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

2. Análise económico-financeira

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados do Município de Terras de Bouro.

2.1. Balanço

Em 2022 o Ativo do Município de Terras de Bouro ascendeu a € 41.823.003 o que representa um acréscimo de 13,3% em relação ao ano de 2021.

Tabela 9 Ativo

RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Ativos fixos tangíveis	34 803 454,74	30 497 373,11	14,12%
Propriedades de investimento	3 086 908,90	3 172 202,02	-2,69%
Ativos intangíveis	208 628,33	102 549,20	103,44%
Investimentos financeiros	583 266,20	583 266,20	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	2 874,61		
Ativo não corrente	38 685 132,78	34 355 390,53	12,60%
Inventários	16 642,07	22 179,03	-24,96%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	436 480,32	434 109,99	0,55%
Cientes, contribuintes e utentes	75 895,23	71 917,00	5,53%
Estado e Outros Entes Públicos		6 403,50	-100,00%
Outras contas a receber	1 108 223,59	1 091 415,51	1,54%
Diferimentos	9 636,33	13 310,15	-27,60%
Caixa e depósitos	1 490 992,32	927 384,06	60,77%
Ativo Corrente	3 137 869,86	2 566 719,24	22,25%
Total do ativo	41 823 002,64	36 922 109,77	13,27%

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis sofreu, comparativamente com o ano de 2021, um acréscimo de 14,1%. Este facto está relacionado, essencialmente, com a integração de edifícios que foram transferidos ao abrigo da transferência de competências nos domínios da Saúde e da Educação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

O Ativo Corrente representa 7,5% do total do ativo e regista um aumento de 22,3% relativamente ao ano de 2021.

Salienta-se o aumento do saldo de disponibilidades (60,8%) que em 31/12/2022 apresentava um saldo de € 1.490.992.

No que diz respeito ao passivo municipal, o Município de Terras de Bouro encerrou o ano de 2022 com um valor de € 7.342.880, o que representa um aumento de 46,6%, em relação ao ano de 2021. O valor do passivo é constituído em 68,4% por passivo não corrente e 31,6% por passivo corrente.

Tabela 10 Passivo

RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Provisões	1 426 326,74	409 150,70	248,61%
Financiamentos obtidos	3 592 886,98	2 810 895,58	27,82%
Passivo não corrente	5 019 213,72	3 220 046,28	55,87%
Fornecedores	428 334,29	183 731,30	133,13%
Estado e outros entes públicos	4 155,44		
Financiamentos obtidos	386 134,79	321 572,11	20,08%
Fornecedores de investimentos	270 277,22	12 862,81	2001,23%
Outras contas a pagar	1 226 661,80	1 269 241,95	-3,35%
Diferimentos	8 102,63		
Passivo Corrente	2 323 666,17	1 787 408,17	30,00%
Total do passivo	7 342 879,89	5 007 454,45	46,64%

Comparando com o ano de 2021 o passivo teve uma variação positiva de 46,7% que resulta essencialmente do aumento dos financiamentos obtidos e do reforço das provisões, na vertente de passivo não corrente, e dos fornecedores, na vertente do passivo corrente.

Os Fundos Próprios do município apresentaram um saldo de € 34.480.123, o que representa um aumento de 8,0% em comparação com o ano de 2021. Este facto está à integração no património da autarquia dos bens transferidos no âmbito da transferência de competências nos domínios da Saúde e da Educação, bem como, pelos subsídios ao investimento obtidos no âmbito do PT 2020.

É também apresentado um Resultado Líquido do exercício, negativo de -2.372.320, cuja análise será efetuada no capítulo da Demonstração de Resultados e nas notas às demonstrações financeiras.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Tabela 11 Património Líquido

RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Património / Capital	47 260 551,23	47 260 551,23	0,00%
Reservas	509 727,51	509 727,51	0,00%
Resultados transitados	-23 003 304,80	-22 308 333,45	3,12%
Outras variações no património líquido	12 085 468,32	6 886 562,05	75,49%
Resultado líquido do período	-2 372 319,51	-433 852,02	446,80%
Total do Património Líquido	34 480 122,75	31 914 655,32	8,04%

2.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido de 2022 é negativo, no valor de € 2.372.320. O decréscimo acentuado verificado no Resultado Líquido está relacionado com o facto de, no exercício de 2022, se ter registado uma provisão no valor de € 1.017.176 relativo a processo judicial em curso e ao acréscimo dos gastos de depreciação e amortização, fruto da integração de bens no património municipal.

Os gastos de 2022 atingiram o montante de € 13.850.036, o que corresponde a um aumento de 17,4%, relativamente ao ano de 2021. As rubricas que apresentam a maior subida são a de Provisões e a de Gastos/reversões de depreciações e amortizações, pelos factos já referidos no parágrafo anterior. A rubrica de Gastos com o Pessoal ascendeu a € 5.282.716, o que representa um aumento de 7,23%, em relação ao ano de 2021.

Tabela 12 Gastos

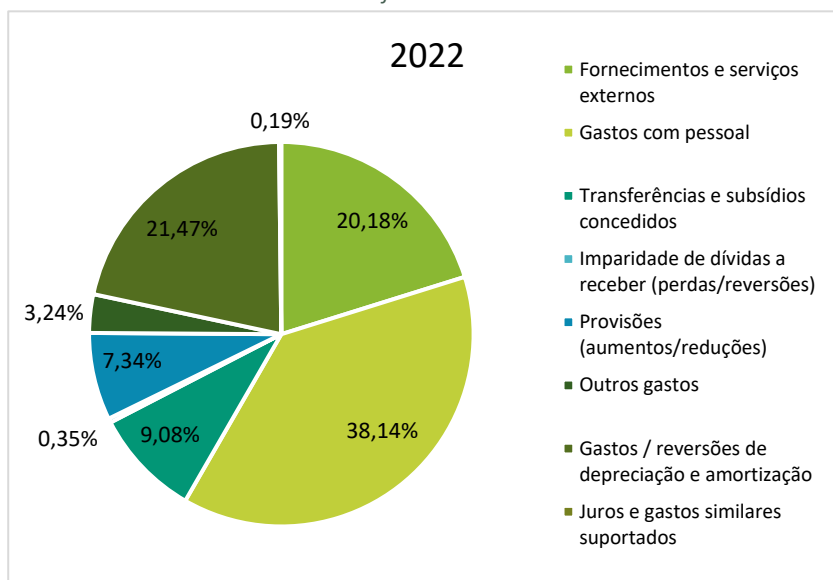
RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Fornecimentos e serviços externos	2 795 225,10	2 594 641,79	7,73%
Gastos com pessoal	5 282 716,22	4 926 321,91	7,23%
Transferências e subsídios concedidos	1 257 923,81	1 693 087,22	-25,70%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	49 148,13	13 376,51	267,42%
Provisões (aumentos/reduções)	1 017 176,04		100,00%
Outros gastos	448 586,82	250 712,70	78,92%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	2 973 591,93	2 307 407,78	28,87%
Juros e gastos similares suportados	25 667,45	7 667,84	234,74%
Total	13 850 035,50	11 793 215,75	17,44%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

A rubrica de Gastos com o pessoal continua a ser a rubrica que apresenta maior peso relativo na estrutura de gastos do município: 38,1%. Segue-se a rubrica de Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 21,5% e a de Fornecimentos e Serviços Externos com 20,2%.

A análise à estrutura de gastos encontra-se influenciada por fenómenos extraordinários, como a provisão para processos judiciais em curso, bem como, o aumento das amortizações efetuadas, factos que prejudicam a comparabilidade dos dados.

Gráfico 7 Gastos



Os rendimentos atingiram em 2022 o montante de € 11.477.716, o que representa um aumento de 1,0%, comparativamente com o ano de 2021.

Tabela 13 Rendimentos

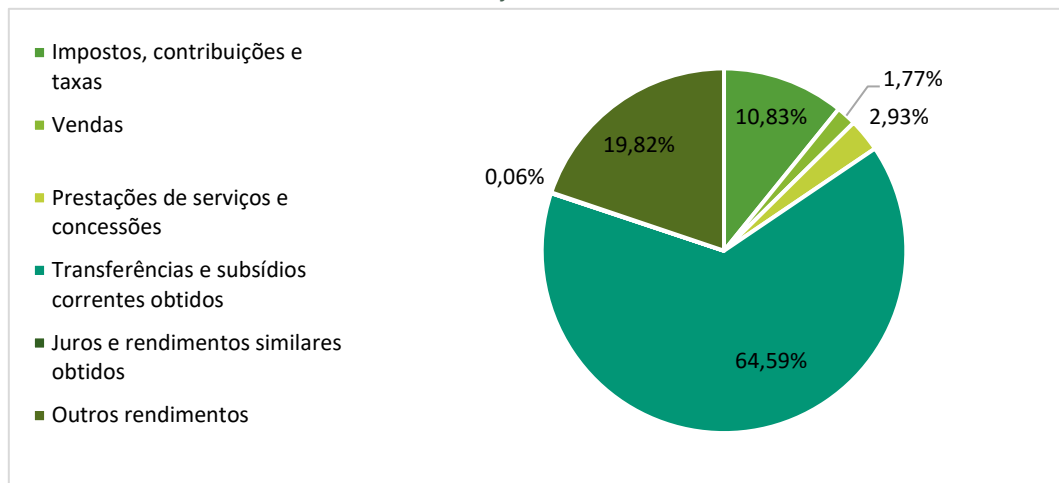
RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2022	31/12/2021	
Impostos, contribuições e taxas	1 243 056,31	1 252 018,74	-0,72%
Vendas	203 339,90	165 839,51	22,61%
Prestações de serviços e concessões	336 011,40	243 231,51	38,14%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 413 673,09	7 474 336,53	-0,81%
Juros e rendimentos similares obtidos	7 041,17		100,00%
Outros rendimentos	2 274 594,12	2 223 937,44	2,28%
Total	11 477 715,99	11 359 363,73	1,04%

A rubrica que continua a ter o maior peso na estrutura de rendimentos da autarquia é a de Transferências e subsídios correntes obtidos, que representa cerca de 64,6% do total de rendimentos, a qual, no ano de 2022, registou um decréscimo de 0,8% quando comparada com o volume deste tipo de rendimentos no ano de 2021.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Verifica-se, ao nível dos Impostos, contribuições e taxas um decréscimo de cerca de 0,7%, em comparação com o ano de 2021, enquanto que as rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços e Concessões apresentaram, em 2022, um aumento de 31.9%.

Gráfico 8 Rendimentos



2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Tabela 14 Indicadores financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	2022	2021
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1,346	1,429
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente	1,343	1,424
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	0,642	0,519
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	82,4%	86,4%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	4,696	6,373
Endividamento	Passivo/Ativo	0,175	0,136

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

2.4. Endividamento municipal

Nos termos do artigo 52.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Tabela 15 Limite da Dívida total

Enquadramento	Valores
Receita corrente líquida cobrada – 2019	8.787.285,73
Receita corrente líquida cobrada – 2020	9.152.015,22
Receita corrente líquida cobrada – 2021	9 744 097,40
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	9 227 799,45
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	13 841 699,18

Tabela 16 Dívida total

Aferição da dívida	01/01/2022	31/12/2022
Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	3.712.169,83	5 027 464,28
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	5.207,72	2 482,72
Dívida Total	3.717.377,55	5 029 947,00
Dívida FEE	5.503,82	0,00
Dívida não orçamental	203.829,38	325 053,63
Dívida Total (excluindo não orçamentais)	3.508.044,35	4 704 893,37
Margem de endividamento	9.644.977,44	9 136 805,81
Margem disponível	1.928.995,49	1 827 361,16

Da análise aos mapas que antecedem verifica-se um aumento da dívida total de cerca de 34,1%.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas entidades no portal SIAL, da DGAL.

Nota: Os valores acima apresentados incluem os empréstimos excecionados, pelo que a margem disponível é, na realidade, superior à apresentada.

3. Contabilidade de gestão

A implementação da contabilidade de gestão na Câmara Municipal de Terras de Bouro é um processo que se encontra em curso, assente ainda numa base simplificada e entendida como incremental, atenta a necessidade do envolvimento de todos os agentes do Município, fruto da diversidade das atividades desenvolvidas, bem como da escassez de recursos humanos afetos a esta área.

Em resultado disso, ainda não é possível apresentar informação fidedigna, bem como os correspondentes reportes legalmente previstos e necessários como instrumentos de apoio à tomada de decisão, mantendo-se maioritariamente o registo automático na atribuição da classificação.

De um ponto de vista mais técnico, o sistema em implementação assenta na combinação da unidade orgânica (UO) consumidora com a atividade em desenvolvimento, gerando o centro de gastos a utilizar na respetiva classificação analítica.

Em 2022 prosseguiu-se, de modo geral, o modelo simplificado de classificação de gastos a partir da derivação da codificação orçamental, num trabalho assegurado pela equipa da DAF no que respeita à atualização do ERP e parametrizações base necessárias.

Encontra-se por iniciar a operacionalização da aplicação de gestão de atividades e obras municipais, que será o motor de todo o sistema de contabilidade de gestão, o que se deve, quer à escassez de recursos humanos, quer à falta de oportunidade para a realização das ações de formação que habilitarão os trabalhadores a operar com a mesma.

Contudo, mantendo o objetivo de gradual envolvimento das áreas na classificação analítica dos seus processos, serão realizadas, no decurso de 2023, ações de sensibilização onde serão relevadas as vantagens desta classificação e importância da sua aposição no início do processo, de modo a viabilizar o cumprimento das obrigações legais do Município e, em simultâneo, assegurar maior adesão à realidade das atividades realizadas.

A NCP 27 do SNC-AP determina que “No caso das autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir), por cada: (a) Bem produzido ou serviço prestado; (b) Função, unidade, departamento ou atividade; (c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.”

O cumprimento integral do solicitado pela NCP 27 pressupõe a existência de um sistema de contabilidade de gestão desenvolvido e amadurecido, não sendo esse o patamar em que o Município se encontra.

A contabilidade de gestão, num quadro de melhoria contínua, será implementada à medida que se consolidar a sua utilidade e aplicação pelos diferentes utilizadores a par com a sofisticação da solução informática, permitindo adequada estruturação de dados.

Realce-se que o processo de implementação do SNC-AP, no município foi um processo atribulado com a situação verificada no ano de 2020 e que levou, no decurso do ano de 2021 à alteração do ERP de suporte.

4. Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2022 foi **negativo** de: **€ 2.372.319,51**.

Propõe-se:

1.º - a sua aprovação;

2.º - que o mesmo seja transferido para a conta 561 - Resultados Transitados.

5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período

Não ocorreram factos dignos de registo entre 31 de dezembro de 2022 e a data da elaboração das demonstrações financeiras.

Prossegue, durante o corrente ano de 2023 a implementação de módulos do novo ERP e será expectável que a implementação de alguns ajustamentos relacionados com o SNC-AP ainda não operados consigam ser efetivados durante esse ano, designadamente a implementação da Contabilidade Analítica.

6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

7. Principais pressupostos relativos ao futuro

(Envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O Município recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que parte da dívida financeira do Município está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Preço

A entidade está exposta ao risco de preços das matérias-primas e serviços em geral, que, em face da conjuntura atual, se prevê que se mantenha a incerteza quanto à definição dos preços.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, contribuinte e utentes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias das atividades da entidade tendo em constante consideração:

- Uma regular monitorização das contas de clientes, contribuintes e utentes;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o Município mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade

8. COVID-19 e Guerra da Ucrânia

Os devastadores efeitos económicos provocados pelo surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), que levou à declaração de pandemia, e ainda não levantada, pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, ainda se fazem sentir (ainda que em menor dimensão) na economia global. Estes, atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alerta gerada, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate que foram implementadas em inúmeros países, incluindo a declaração pela primeira vez na vigência da atual Constituição do estado de emergência, também em Portugal, em 18 de março de 2020. Vivemos hoje, neste âmbito, uma situação de estado de alerta, tendo sido aliviadas a maior parte das medidas restritivas.

Num período em que se esperava a retoma da economia no pós-Covid19, verificou-se, no dia 24 de fevereiro de 2022, a invasão da Ucrânia, pela Federação Russa, o que originou de imediato uma escalada dos preços da energia e conseqüente aumento da generalidade dos preços dos bens e matérias primas.

Em consequência desta escalada de preços, registou-se um elevado aumento da taxa de inflação, o que levou o BCE a aumentar as taxas de juro de referência, com o intuito de travar a escalada dos preços.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade do Município em 2023 encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a guerra está a provocar, mormente pelo aumento generalizado do preço dos combustíveis, das matérias primas e das taxas de juro que terá forte impacto no orçamento municipal, uma vez que a generalidade dos empréstimos contratados se encontram indexados à EURIBOR.

Este enquadramento, de complexidade acrescida, não altera a direção nem diminui a determinação do Município em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para o seu território e para a sua população.

No contexto descrito, o município adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a proteção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, o reforço das rubricas de aquisição de energia e combustíveis, bem como dos juros e outros encargos.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

- a manutenção de uma taxa de inflação elevada e os níveis dos juros praticados pelo BCE, bem como a tímida retoma económica a nível global e/ou alterações dos padrões de comportamento poderão afetar ou adiar níveis de consumo e investimento – situação que irá provavelmente ter impacto na receita de impostos diretos a arrecadar (IMT, IMI, IUC e outros);
- o comportamento e necessidades da nossa comunidade não é ainda possível avaliar pelo que os impactos com eventuais ajudas financeiras a IPSS e outras instituições ainda se podem alterar;
- nos clientes não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de pagamentos ou de solicitação de algum tipo de auxílio para lidar com as dificuldades de tesouraria.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e resultados do município serão afetados em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

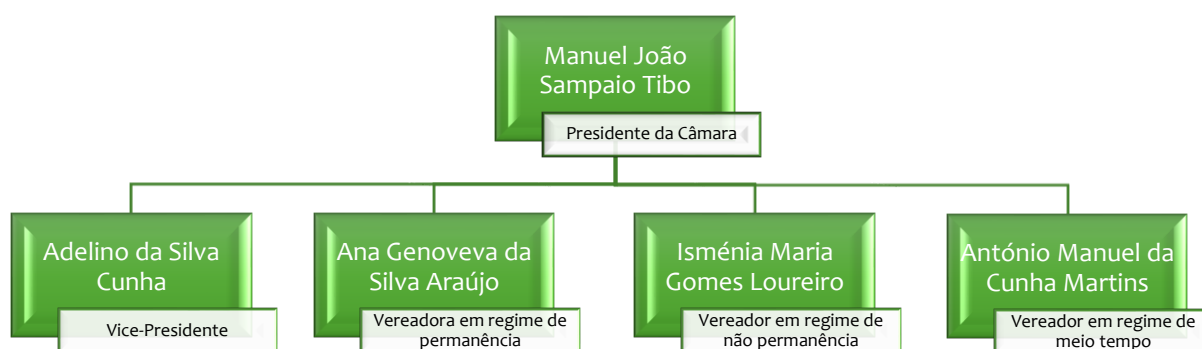
Estrutura Política

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal.

O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

O atual executivo, que tomou posse a 17 de outubro de 2021, é constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro, e um, António Manuel da Cunha Martins, em regime de meio tempo.

Figura 1 – Estrutura política atual



Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete e um Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

Estrutura Administrativa

No que concerne à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 7, de 10 de janeiro, sob o Despacho n.º 682/2013, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 27 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 18, de 12 de janeiro, sob o Despacho n.º 637/2018, que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2022, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 17/12/2021, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2022, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

Tabela 17 Mapa de pessoal

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho			
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo	
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4			
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1			
Técnico Superior	Técnico Superior	50	42	8		
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	16			
Assistente Técnico	Assistente Técnico	35	27	8		
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	6	6			
Assistente Operacional	Assistente Operacional	151	102	25	7	17
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1			
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3		3		
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2			
Informática	Especialista de informática	1	1			
Informática	Técnico de Informática	6	6			
Total Câmara Municipal		276	208	44	7	17

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

A 31 de dezembro de 2022, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 243, sendo a relação jurídica de emprego público constituída da seguinte forma:

- 230 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 13 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo.

Deste universo fazem parte 7 assistentes operacionais transferidos do ARS-Norte ao abrigo do auto de transferência de competências no domínio da saúde: 4 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 3 em regime de contrato de trabalho a termo.

Verificou-se, no decurso do ano de 2022, a cessação da relação jurídica de emprego público, com o Município de Terras de Bouro, de 3 trabalhadores:

- Um Assistente Operacional, por aposentação;
- Um Assistente Técnico, por despedimento disciplinar;
- Um Técnico Superior, por consolidação da mobilidade para outra autarquia local

O Mapa de Pessoal para 2022 apresentava em 31 de dezembro a seguinte configuração:

Tabela 18 Mapa de pessoal - contingente a 31/12

Cargo/carreira	Postos de trabalho				Total
	Tempo Indeterminado		A termo		
	Ocupados	Vagos	Ocupados	Vagos	
Dirigente Intermédio	4				4
Coordenador Municipal de Proteção Civil	1				1
Técnico Superior	42	8			50
Assistente Técnico	43	8			51
Assistente Operacional	127	6	13	11	157
Auxiliar	4				4
Fiscal Municipal	2				2
Informática	7				7
Total	230	22	13	11	276

Dos lugares vagos apresentados existem sete postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, em comissão de serviço, ou em licença sem remuneração. Existem ainda dois postos de trabalho de Assistente Operacional que se encontram em licença sem remuneração, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

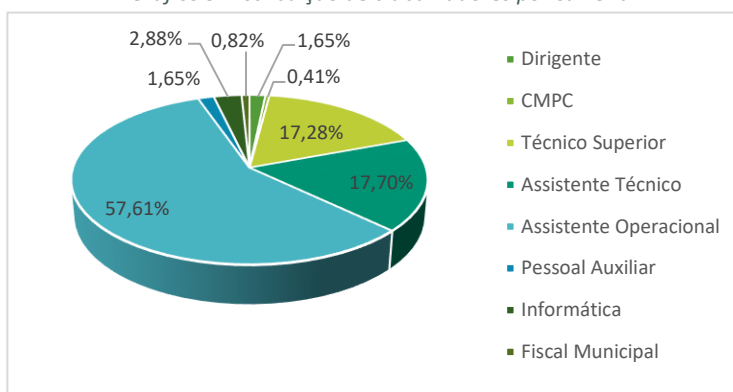
Tabela 19 Mapa de pessoal mobilidades

Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:	252
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes + CMPC):	(5)
Trabalhador em comissão extraordinária de serviço (eleito local):	(1)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(3)
Total de trabalhadores:	243

Distribuição de trabalhadores por carreira

A carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 140 postos de trabalho ocupados no Mapa de Pessoal de 2022, representando 57,6% do total dos trabalhadores. Em seguida surgem as carreiras de

Gráfico 9 Distribuição de trabalhadores por carreira



Assistente Técnico e de Técnico Superior com 17,7% e 17,3%, respetivamente.

Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

Tabela 20 Evolução do número de trabalhadores

Carreira	2018	2019	2020	2021	2022
Dirigente	4	4	4	4	4
Coordenador Municipal de Proteção Civil				1	1
Técnico Superior	43	43	42	50	49
Assistente Técnico	47	49	49	49	43
Assistente Operacional	96	106	107	116	142
Pessoal Auxiliar	1	1	1	1	4
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	3	3	2	2	2
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	201	213	212	230	2252
Em comissão de serviço (dirigentes + CMPC)	4	4	4	5	5
Em mobilidade interna	1	1	0	6	0
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	1
Em mobilidade para Órgão da Administração Local	0	0	0	1	0
Em licença sem remuneração	2	2	2	2	3
Total efetivo de trabalhadores	193	205	205	215	243

Distribuição de trabalhadores por género

O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (136), que representam 54% da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (116), representam cerca de 46% do universo dos trabalhadores em exercício de funções no Município de Terras de Bouro.

Gráfico 10 Distribuição de trabalhadores por género

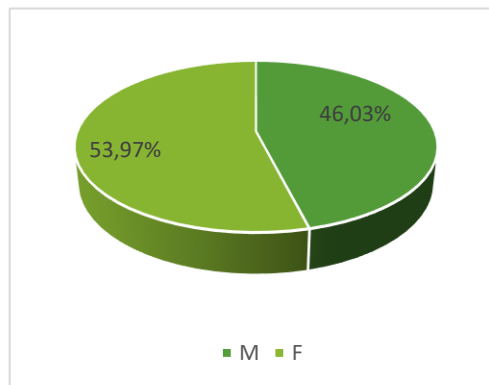
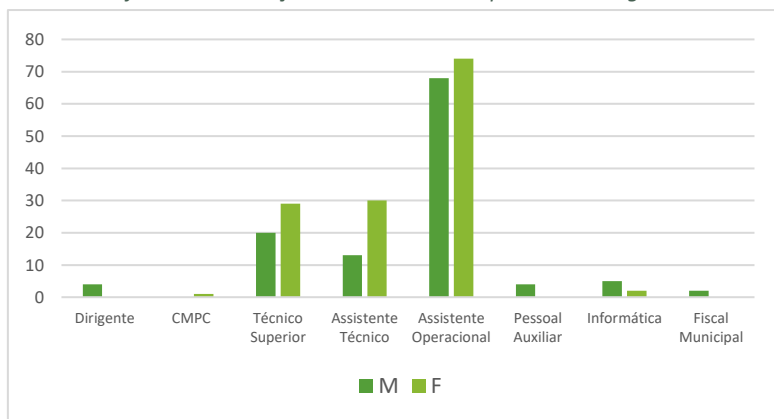


Gráfico 11 Distribuição de trabalhadores por carreira e género



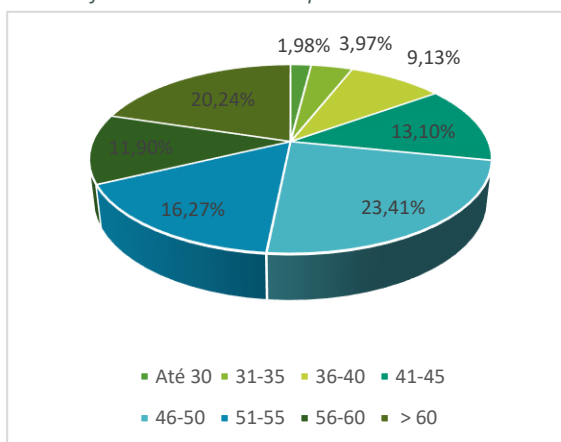
As carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional) são predominantemente ocupadas por trabalhadores do género feminino são as de Técnico Superior e de Assistente Técnico. O género feminino não se

encontra representado nas carreiras de Pessoal Auxiliar, Fiscal Municipal e de Dirigentes.

Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

O gráfico que se segue demonstra, claramente, o envelhecimento do universo dos trabalhadores da autarquia. Na realidade, mais de 71,8% dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos. Por outro lado, o escalão etário “Até 30 anos” apresenta apenas 5 trabalhadores, ao passo que no escalão “superior a 60 anos” se encontram 51 trabalhadores (35, em 2021 e 26, em 2020).

Gráfico 12 Trabalhadores por escalão etário



Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 72,7% dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 30% das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.

Gráfico 13 Distribuição de trabalhadores por idade e género

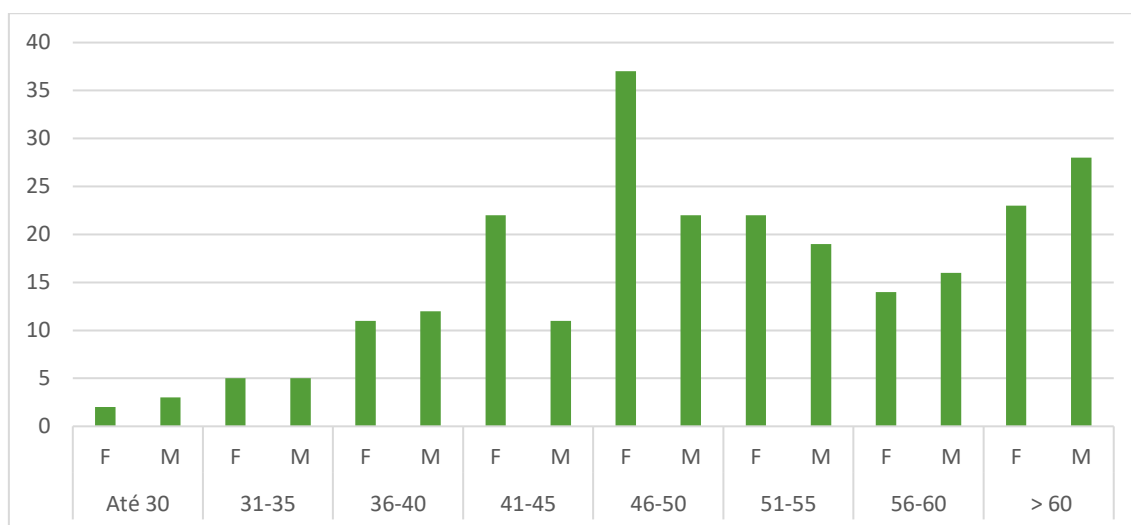


Tabela 21 Indicadores de despesa com o pessoal

	2018	2019	2020	2021	2022
Total de efetivos	193	205	205	215	243
Evolução efetivos	2,12%	6,22%	0,00%	4,88%	13,02%
Despesa paga	3 994 302,99	4 286 765,19	4.495.947,97	4.904.280,04	5.215.949,43
Evolução Despesa paga	- 0,92%	7,32%	4,88%	9,08%	6,36%
Despesa por trabalhador	20 695,87	20 911,05	21.931,45	22.810,60	21.464,81
Evolução despesa/trabalhador	- 2,97%	1,04%	4,88%	4,01%	-5,90%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se um aumento de 28 efetivos no número de trabalhadores. Este valor inclui 7 trabalhadores que integraram o mapa de pessoal do Município por via do auto de transferência de competências no domínio da Saúde. Como consequência da integração de novos trabalhadores, as despesas com o pessoal apresentam um aumento de cerca de 6,4%. No entanto, este aumento não se reflete na evolução da despesa paga por trabalhador que apresenta um decréscimo relativo de 5,9%.